

**O PRIMEIRO CONGRESSO DA LÍNGUA NACIONAL CANTADA:
UMA PÁGINA ESQUECIDA DA HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA**

**THE FIRST CONGRESS OF THE SUNG NATIONAL LANGUAGE:
A FORGOTTEN PAGE OF THE HISTORY OF LINGUISTICS**

Luciano Monteiro ¹

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Este artigo questiona o status pré-científico atribuído ao Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada e defende o reconhecimento do seu lugar na história da Linguística no Brasil. O evento foi organizado por Mário de Andrade e ocorreu em julho de 1937. Seus participantes pretendiam criar uma nova variedade linguística, a pronúncia brasileira culta, e estabelecê-la como língua padrão no canto lírico, no teatro e na recitação. Procuro situar a iniciativa no plano institucional e relacioná-la ao contexto histórico e político da época, identificando suas motivações na atuação de Mário de Andrade como diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo. Os registros do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada demonstram a valorização da fala como objeto de estudo e principal símbolo da identidade linguística brasileira, tendência que levou à opção pela abordagem dialetológica, em detrimento da filologia tradicional, e à sua integração à agenda de pesquisas da área. Para discutir a marginalização do evento, analiso os comentários de Pinto (1981) em seu panorama histórico sobre os estudos linguísticos no Brasil entre 1920 e 1945. Identifico na argumentação dessa autora alguns dos padrões de cientificidade que passaram a orientar o trabalho dos linguistas nas décadas seguintes e moldaram sua percepção sobre a história da disciplina.

Palavras-chave: epistemologia da Linguística; historiografia da Linguística; história das ideias linguísticas; padronização linguística; Mário de Andrade.

Abstract: This paper discusses the pre-scientific status attributed to the First Congress of the Sung National Language and defends the recognition of its place in the history of Linguistics in Brazil. The event was organized by Mário de Andrade and took place in July 1937. Its participants wanted to create a new linguistic variety, the cultured Brazilian pronunciation, and establish it as a standard language in lyrical singing, theater and recitation. I try to situate the initiative at the institutional level and relate it to the historical and political context of the time, identifying its motivations in the work of Mário de Andrade as director of the Department of Culture of the city of São Paulo. The historical sources of the First Congress of the Sung National Language demonstrate the valorization of speech as an object of study and the main symbol of Brazilian linguistic identity, a tendency that determined the preference for the dialectological approach of the language, instead of traditional philology, and its integration to the area's research agenda. To discuss the marginalization of the event, I analyze the comments of Pinto (1981) in his historical panorama on linguistic studies in Brazil from 1920 to 1945. In this author's argument, I identify some of the scientific standards that have started to guide the work of linguists in the following decades and shaped their perception of the history of the discipline.

Keywords: epistemology of Linguistics; linguistic historiography; history of linguistic ideas; language standardization; Mário de Andrade.

¹ Aluno de doutorado no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense e bolsista FAPERJ. Mestre em História das Ciências pela Fiocruz. Bacharel em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: lucianomonteiro.rj@gmail.com.

Submetido em 31 de julho de 2020.

Aprovado em 20 de outubro de 2020.

Introdução

Eventos científicos como congressos, simpósios, conferências, colóquios são momentos para os quais nos preparamos semanas ou meses, na intenção de apresentar da melhor maneira as pesquisas que desenvolvemos. Ao mesmo tempo, a frequência com que ocorrem acaba por diluí-los em nossa rotina. Mas nem sempre foi assim. Iniciativas desse tipo dependem de uma série de condições, que geralmente passam despercebidas.

É necessário haver interesse prévio pela produção científica a ser exposta, um determinado número de pessoas dispostas a participar, deixando de lado outras atividades, e um relativo consenso sobre as vantagens de apresentarmos os resultados de nossas pesquisas. Essas condições não surgem naturalmente, elas resultam da aceitação generalizada de um certo modo de produção do conhecimento, algo que é socialmente construído e historicamente situado.

Foi no século XIX que o trabalho científico assumiu a forma que tem hoje, graças à conjugação de três fatores. A pesquisa passou a ser realizada dentro de instituições, a receber financiamento regular e se tornou uma atividade coletiva. Cada área passou a se organizar como disciplina, com rotinas de trabalho bem definidas, e a integrar pesquisa e formação das novas gerações, para garantir a sua continuidade. O aumento da produção impressa e o avanço contínuo das investigações levaram à criação de novas disciplinas e à especialização do trabalho, dificultando a dedicação simultânea a duas ou mais áreas.

A ciência passou a ser entendida como um trabalho para equipes especializadas, e não mais como uma proeza de indivíduos talentosos. Para muitos filósofos e cientistas do século XIX, transcender as perspectivas individuais era uma condição mínima para formar uma comunidade científica capaz de se estender no espaço e no tempo. Alguns consideravam ser este um pré-requisito para se alcançar um conhecimento válido (DASTON, 2017, p.63).

A ciência atual se constituiu a partir dessas mudanças na organização do trabalho, nas dinâmicas de produção e circulação das ideias – que passam a cruzar fronteiras geográficas, linguísticas e culturais – e nos critérios de validação do saber. Esse processo ocorreu de maneira mais evidente nas ciências naturais, mas impactou de

algum modo todos os campos de produção intelectual considerados científicos. É nesse contexto que congressos nacionais e internacionais passam a ocorrer regularmente.

Na história das ciências, a formação de coletivos de pensamento (FLECK, 2010) através da criação de entidades ou da realização de congressos é algo que tem importância por si só. O surgimento de iniciativas desse tipo e a sua continuidade ao longo do tempo indicam que uma fronteira foi cruzada, que naquele contexto a investigação científica já não é concebida como um trabalho individual, que começa a se configurar como uma atividade colaborativa.

Portanto, o interesse pelos congressos não resulta apenas da produção científica apresentada ou da identificação de um legado reconhecido pela posteridade. A rigor, a sua existência já é o bastante para validá-los como objeto da pesquisa histórica, pois eles representam um esforço coletivo para a formação de uma comunidade científica – algo que independe do êxito ou do fracasso de cada iniciativa em particular.

Suas fontes possibilitam mapear as entidades presentes, os grupos de trabalho organizados, as hierarquias sociais instituídas, as identidades profissionais reivindicadas, os projetos em andamento, a definição de uma agenda de pesquisa, os conflitos em torno de procedimentos metodológicos, conceitos e suas aplicações, as negociações de sentido, a formação de consensos, o estabelecimento de padrões, a determinação de pré-requisitos para pertencer à comunidade e os discursos associados a tudo isso.

Eventos científicos também são “lugares de legitimação de ideias, sua manutenção e reprodução” (ORLANDI, 2002, p.42). Investigá-los ajuda a contar a história das ciências não só pela ótica institucional, mas também pela perspectiva da recepção, reelaboração e circulação das ideias. Neste sentido, congressos são situações que permitem discutir algumas questões fundamentais para a história das ciências. Se os saberes surgem em contextos locais, por que alguns deles se universalizam e outros não? Como tradições científicas locais se articularam com a padronização da ciência em nível internacional sem perder sua singularidade? Entre outras.

Com base nessas reflexões, questiono a interpretação dos debates e da produção científica apresentada no Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada como pré-científicos, destacando sua importância para a história da Linguística no Brasil. O evento foi organizado por Mário de Andrade e ocorreu em julho de 1937. Seus participantes pretendiam criar uma nova variedade linguística, a pronúncia brasileira culta, e adotá-la como língua padrão no canto lírico, no teatro, na recitação.

Na primeira parte do artigo, procuro situar a iniciativa no plano institucional e relacioná-la ao contexto histórico e político da época. Identifico as motivações para a sua realização na atuação de Mário de Andrade como diretor do Departamento de Cultura de São Paulo e descrevo as atividades ocorridas, indicando seu lugar na programação do evento. A seguir, mostro que o interesse pela investigação da realidade nacional e a valorização da fala como principal matriz da identidade linguística brasileira determinaram a preferência pela abordagem histórico-comparativa da língua, em detrimento da filologia clássica, e a integração da dialetologia à agenda de pesquisa da área.

Para discutir a marginalização do evento, analiso os comentários de Pinto (1981) em seu panorama histórico sobre os estudos linguísticos no Brasil entre 1920 e 1945 e identifico em sua argumentação alguns dos padrões de cientificidade que passaram a orientar o trabalho dos linguistas nas décadas seguintes, moldando a sua percepção sobre a história da disciplina.

1. Um objeto controverso

Na história intelectual brasileira, a década de 1930 aparece como um momento de aproximação entre os intelectuais e a classe dirigente (MICELI, 2001). Foi então que o trabalho intelectual se estabeleceu como uma atividade profissional, passando a desempenhar uma função regular na administração pública. Essa circunstância se deve ao interesse do Estado em desenvolver políticas para intervir em aspectos específicos da vida social e ao surgimento das primeiras universidades do país, com formação em áreas como Psicologia, Sociologia e Economia.

Na época, a impressão geral era de que o Brasil não era ainda propriamente uma nação, que era apenas a reunião das províncias isoladas do Império, transformadas em estados pela Constituição de 1891 (LIMA e HOCHMAN, 1996). Por isso, boa parte da intelectualidade brasileira se engajava em projetos de construção nacional, com o objetivo de modernizar e “civilizar” o país, ou seja, de equipará-lo às nações mais desenvolvidas. Engenheiros, médicos, cientistas, educadores, artistas e literatos definiam como projeto de vida produzir e divulgar diagnósticos sobre a realidade nacional (BOMENY, 2013).

O caso de Mário de Andrade não foi diferente. Sua atuação como escritor, crítico, pesquisador e gestor público foi dedicada à criação de representações da brasilidade e à difusão de uma ideia modernista de identidade nacional. A estratégia era

estimular, através da literatura e das artes, o desenvolvimento de uma “consciência nacional” que levasse cada brasileiro a se perceber não apenas como indivíduo, mas antes como membro de uma comunidade racial² que o define.

Embora seu nome seja mais conhecido pelos trabalhos que realizou como escritor, crítico e folclorista, Mário de Andrade era catedrático de Estética e História da Música no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Não por acaso, seu projeto de construção da identidade nacional foi sistematizado numa obra intitulada *Ensaio sobre a Música Brasileira*. Nesse texto, ele convoca os músicos acadêmicos a se engajar na criação de uma “arte nacional” que, baseando-se no folclore musical brasileiro, seria universal como as obras dos grandes compositores europeus e russos (ANDRADE, 1962). Esse projeto orientou a sua atuação como diretor do Departamento de Cultura (DC), um órgão criado pela Prefeitura de São Paulo em 1935 e considerado o primeiro do gênero no país.

A instituição resultava da convergência de dois projetos distintos. Sua criação se deve a uma estratégia política da elite industrial paulista, que foi derrotada por Vargas na Revolução Constitucionalista de 1932 e, chegando ao Executivo estadual e municipal, passou a investir na qualificação intelectual e na eficiência administrativa para recuperar o protagonismo perdido. Mas a proposta original foi idealizada por um grupo de intelectuais ligados a Mário de Andrade, que viam nas políticas de educação e cultura um meio de modernizar o país e promover mudanças sociais mais amplas. A experiência do DC seria a base para uma instituição similar de nível nacional, o Instituto Brasileiro de Cultura, que seria criado após a esperada vitória dos paulistas na eleição presidencial prevista para ocorrer em 1938 (MONTEIRO, 2014).

No período em que Mário de Andrade esteve à frente da instituição (1935-1937), foram criados dois conjuntos camerísticos e um coral (financiados pela Prefeitura), a Discoteca Pública Municipal (com partituras e discos importados) e uma programação musical popular no Teatro Municipal, com concertos gratuitos para a classe trabalhadora. Essas ações visavam estimular a produção musical brasileira, educar e ampliar o público de música erudita e viabilizar a execução de obras inspiradas no folclore brasileiro, que eram desprezadas pelas plateias tradicionais. O DC também

² Nesta acepção, o sentido da palavra “raça” coincide com “imperativo étnico” ou “caráter nacional” (expressões do próprio autor) e diz respeito não à dimensão biológica e hereditária, mas a “uma força interna a cada povo, sua alma ou personalidade, que se manifesta na história, na língua, nas instituições sociais, nas formas de governo e de expressão artística” (TRAVASSOS: 1997, p. 8).

promoveu um Curso de Etnografia e Folclore, que formou pesquisadores de campo, e a Missão de Pesquisas Folclóricas, que criou o primeiro acervo etnográfico de cultura popular brasileira.

Para Mário de Andrade, o canto lírico seria um veículo privilegiado da brasilidade, porque permitia reunir na mesma expressão artística os “caracteres raciais” presentes no folclore musical e na “fala brasileira”, considerada a principal matriz da identidade linguística local. Desde o século XIX, o contraste entre a fala espontânea, entendida como uso brasileiro da língua, e a escrita na forma padrão, entendida como emulação do português europeu, dividia opiniões. Mário de Andrade aborda a questão no projeto inacabado da *Gramatiquinha da Fala Brasileira* (1922-1929) e nos artigos que publicou no *Diário Nacional* entre 1929 e 1932.

O Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada (CLNC) surge nesse contexto como desdobramento dos projetos artísticos e intelectuais do diretor do DC. O evento ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo entre 7 e 14 de julho de 1937 e teve abrangência nacional, com representantes de diversos estados brasileiros – Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Os participantes foram convidados pela organização, que esperava receber “contribuições de todos os meios culturais do país [...] pelos seus nomes mais destacados” (*O Estado de São Paulo*, 07/071937, p. 8).

Entre os congressistas havia estudiosos de diferentes especialidades, sobretudo de língua e música; docentes do ensino secundário, normal e superior; jornalistas, críticos literários e musicais; poetas, escritores, musicistas, cantores, compositores, atores e diretores teatrais. Havia também dirigentes políticos locais, como o prefeito de São Paulo e o secretário estadual de educação. Essa rede de colaboradores conectava ao projeto de padronização da pronúncia não só os intelectuais e artistas interessados, mas também as entidades em que atuavam. Ao que parece, a mobilização de indivíduos e instituições de diferentes estados visava fazer da pronúncia padrão um tema de interesse nacional, e não apenas um projeto do DC, para motivar a sua adoção em todo o país.

Participaram do evento o jornalista Júlio de Mesquita Filho (dono do jornal *O Estado de São Paulo*), os cientistas sociais Josué de Castro (Universidade do Distrito Federal), Fernando de Azevedo, Claude Lévi-Strauss (Universidade de São Paulo) e Diná [Dreyfus] Lévi-Strauss (Sociedade de Etnografia e Folclore); os filólogos Antenor Nascentes (Colégio Pedro II), Renato Mendonça (Colégio Pedro II e Ministério das Relações Exteriores), Cândido Jucá Filho (Instituto de Educação e Academia Carioca de

Letras) e Francisco Rebelo Gonçalves (Universidade de São Paulo); os poetas Guilherme de Almeida (Academia Brasileira de Letras), Manuel Bandeira (Inspetoria Federal de Ensino) e Cecília Meireles (Universidade do Distrito Federal).

Entre os especialistas em música, estavam presentes os professores Luiz Heitor Correia de Azevedo, Octavio Bevilacqua, Guilherme Fontainha (Universidade do Brasil), Antônio Sá Pereira (Conservatório Brasileiro de Música e Universidade do Brasil), Carlos Alberto Gomes Cardim, Francisco Casabona (Conservatório Dramático e Musical de São Paulo), Oneyda Alvarenga (DC), Maria Helena Coelho (Instituto Carlos Gomes, do Pará), Ernani Braga (Conservatório Pernambucano de Música) e Andrade Muricy (Universidade do Distrito Federal), que era crítico de música no *Jornal do Comércio*; os compositores Francisco Mignone (Escola Nacional de Música) e Camargo Guarnieri (DC).

O Congresso da Língua Nacional Cantada foi amplamente divulgado na imprensa, com notícias a respeito em jornais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Maranhão.³ Até o dia de sua abertura, foram publicados mais de 30 informes anunciando o escopo científico do evento, as áreas do saber mobilizadas, as regras para envio de trabalhos, os temas de alguns dos trabalhos aprovados, os convidados ilustres e as instituições que representavam, a programação artística e cultural e, sobretudo, a importância dessa iniciativa para a construção da identidade nacional.

A programação foi organizada em três segmentos principais: sessões plenárias, sessões científicas e apresentações artísticas. Nas sessões plenárias, que eram realizadas às 14h e iniciavam as atividades do dia, foi discutido o projeto de padronização da pronúncia proposto pelo DC. Nas sessões científicas de filologia e musicologia, que ocorriam simultaneamente às 16h, foram apresentados os trabalhos enviados à organização do evento. As apresentações artísticas, realizadas quase sempre à noite, eram principalmente concertos e peças teatrais escolhidos para mostrar na prática os efeitos da padronização da pronúncia em performances artísticas.

Os trabalhos da sessão de filologia publicados nos anais do evento são, em sua maioria, descrições da linguagem regional com dados extraídos de fontes literárias ou da observação direta. Nessas monografias, dez ao todo, as variedades locais são

³ Dados obtidos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Acervo Histórico do jornal *O Estado de São Paulo*.

referidas de maneira bastante heterogênea, como “subdialeto do nordeste”, “pronúncia cearense”, “linguagem sul-riograndense”, “subdialeto do Ribeira”, “vozes regionais” etc. A maioria dos autores descrevia a “linguagem regional” de um ponto de vista fonético e morfológico, influenciados por referenciais teóricos diversos, como a abordagem dos neogramáticos, a geografia linguística e a estética vossleriana.

Também foram apresentados um ensaio sobre a unidade ortoépica da língua, duas comunicações sobre o uso da fonofotografia em pesquisas de fonética experimental, uma monografia sobre a influência tupi no português brasileiro e três trabalhos que resultavam de projetos desenvolvidos no DC. Entre eles, a gravação em vinil de exemplos das pronúncias regionais do Brasil, realizada com o auxílio de Manuel Bandeira e Antenor Nascentes, e uma pesquisa sobre os “defeitos” na fala de crianças atendidas nos Parques Infantis da Prefeitura.

Nas sessões plenárias, a primeira questão enfrentada pelos congressistas foi a pertinência de se escolher uma variedade local para transformá-la em norma nacional. O anteprojeto apresentado pela organização do evento recomendava a adoção da fala carioca como padrão de pronúncia para o canto erudito e o teatro, algo que João Ribeiro já tinha sugerido em 1927. A proposta do DC se baseava nas pesquisas desenvolvidas por Antenor Nascentes desde *O linguajar carioca em 1922* e nos trabalhos da comissão organizada por ele em 1930 para determinar o padrão de pronúncia a ser ensinado nas escolas primárias, profissionais e normais do Distrito Federal (PINTO, 1981, p. XXIX).

Durante as sessões plenárias, a escolha da pronúncia carioca foi justificada com argumentos estéticos, sociológicos, históricos e linguísticos. Os argumentos estéticos consideravam essa a variedade local brasileira com maior musicalidade e incisividade; o argumento sociológico a descreve como a mais “cultura” e “civilizada”; o argumento histórico enfatiza a condição do Rio de Janeiro como principal centro econômico, artístico e intelectual do país desde antes da independência – posição cobiçada na época pela elite industrial paulista, cujo apoio tornou possível a existência do DC e, por conseguinte, do Congresso da Língua Nacional Cantada.

Os argumentos linguísticos eram, de certo modo, desdobramentos dos anteriores. A superioridade cultural da cidade em relação ao restante do país se refletiria na fala dos cariocas, considerada “a mais evolucionada dentre as pronúncias regionais” (ANAIS, 1938, p. 59). Além disso, a condição de Corte durante o período do Império e depois de capital da República faria do Rio de Janeiro um destino comum para pessoas de diversas regiões do país. Acreditava-se que essa circunstância tornaria a pronúncia

carioca uma síntese das demais variedades e, neste sentido, a mais representativa da língua nacional.

Embora hoje esses argumentos pareçam preconceituosos e arbitrários, os estudiosos de língua presentes nas sessões plenárias não viam razão para refutá-los. O único a sugerir uma mudança – aprovada pelos congressistas – na redação das justificativas foi o musicólogo Luiz Heitor Correia de Azevedo. A nova redação dizia que a fala carioca é “a mais elegante, e a mais essencialmente urbana dentre as nossas pronúncias regionais” (ANAIS, 1938, p. 13). Cândido Jucá Filho questionou a variedade sugerida no anteprojeto e destacou as qualidades da pronúncia paulista, “bastante clara em suas vogais, dando ao ouvinte uma percepção de todos os seus sons” (ANAIS, 1938, p. 12). Mas se mostrou, desde o início do debate, disposto a aceitar a decisão final da assembleia.

Naquele contexto de nacionalismo exacerbado, as identidades regionais eram reivindicadas como elementos constitutivos da nacionalidade (MOTTA, 1992, p. 88). A competição entre os regionalismos refletia dentro do país a lógica da rivalidade entre nações, representando uma ameaça à construção dos consensos necessários para sustentar a unidade nacional. Ao avaliar a escolha da pronúncia carioca, alguns congressistas nascidos em outros locais mencionaram sua origem para credibilizar a posição assumida. Por exemplo, “o Prof. Paula Barros, dizendo-se filho do alto norte, declarava ainda não opor a mínima restrição à proposta [...]. O Sr. Newton Maia, aduzindo argumentos idênticos, apoia a proposta” (ANAIS, 1938, p. 11).

Diante disso, Antenor Nascentes declarou-se “isento de paixões locais, embora fosse nascido no Rio de Janeiro” e “citou inúmeras razões que o levam, independente da circunstância de ser carioca, a aceitar a proposta da pronúncia carioca como a exemplar para o teatro e canto” (ANAIS, 1938, p. 12). Esse cuidado é compreensível se considerarmos o clima latente de disputa entre as identidades locais e o fato de Antenor Nascentes ter participado da organização do evento, como colaborador da área de filologia. Seu posicionamento ao mesmo tempo político e científico diz muito sobre as condições de produção do saber naquele contexto.

O segundo desafio enfrentado pelos congressistas consistia em descrever as vogais e as consoantes da língua padrão, embora sem dispor dos meios necessários para isso. O registro dos debates ocorridos durante as sessões plenárias informa que

Foi por todos reconhecida primordialmente, a natureza falível de semelhantes determinações enquanto não existam no país gabinetes de fonética experimental, que

são o único elemento verdadeiramente científico e atual capaz de determinar de maneira insofismável o número e a natureza dos sons duma língua (ANAIS, 1938, p. 16).

Mas isso não impediu a elaboração das regras de pronúncia para o canto, o teatro e a recitação. Em setembro de 1937, a *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* – que era organizada pelo DC – publicou uma separata de 48 páginas intitulada “Normas para boa pronúncia da língua nacional no canto erudito”. Um ano depois do evento, em julho de 1938, foram publicados os *Anais do I Congresso da Língua Nacional Cantada*, um volume de 786 páginas, editado pelo DC, a única fonte a registrar em detalhe os debates, as comunicações e demais atividades ocorridas durante o evento.

2. Camadas de historicidade

O início do século XX foi um período marcado por profundas transformações socioculturais no Brasil. A publicação de *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, modificou a autoimagem do país ao difundir uma representação da identidade nacional baseada na dualidade litoral-sertão (LIMA, 2013) e denunciar a indiferença do Estado e das elites em relação ao destino de grande parte da população, que permanecia isolada no interior do país, vivendo em condições extremamente precárias. A situação descrita pela obra motivou cientistas, intelectuais e artistas a formular novas interpretações sobre o Brasil e a buscar, a partir delas, um caminho para que o país se constituísse como nação.

Essa tendência foi intensificada pela crise política e cultural suscitada com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. A hostilidade entre as nações que tomaram parte no conflito revelou as contradições do modelo de sociedade idealizado pelas elites brasileiras desde o século XIX, abalando a crença na paz e no progresso como conquistas definitivas da civilização (OLIVEIRA, 2015). O colapso desse paradigma inviabilizava a representação do Brasil como uma “Europa nos trópicos”, motivando a busca de soluções práticas para os problemas nacionais, ancoradas no conhecimento empírico da realidade local, e não apenas pela interpretação do país a partir de doutrinas filosóficas ou sociais como o positivismo e o evolucionismo social.

Antonio Candido explica que a mudança de mentalidade ocorrida nesse período foi marcada pelo surgimento “[d]a expressão “realidade brasileira”, que de tão utilizada se tornou até meio ridícula. Em qualquer discurso, artigo, ensaio aparecia a expressão”

(PONTES, 2001, p. 6). Para os intelectuais e cientistas da época, investigar a manifestação local de fenômenos estudados em outros países era uma forma de obter conhecimentos confiáveis e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento da ciência no país. Embora pudessem ser úteis, os modelos explicativos disponíveis resultavam de realidades diferentes, e o confronto com um novo contexto poderia ajudar a aperfeiçoá-los e a credibilizar a pesquisa científica brasileira.

Embora impulsionada pelo conflito no continente europeu, a onda nacionalista que ganhou força nesse período encontrou forte adesão entre as nações formadas com a emancipação das antigas colônias (ANDERSON, 2011). Os estudos sobre a língua também foram contagiados pelo crescente nacionalismo (PINTO, 1981, p. XVII), tornando-se um espaço para a investigação da realidade local e a formulação de novas interpretações sobre o Brasil. A publicação de *O Dialeto Caipira* (1920), do escritor paulista Amadeu Amaral, é considerada a primeira iniciativa concreta neste sentido.⁴ Para descrever a fala do interior paulista, o autor se inspirou nos métodos da Geografia Linguística, lançando as bases para o desenvolvimento do programa de investigações da dialetologia.

Fala-se muito num "dialeto brasileiro", expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeção, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados. Nem se poderão discriminar, enquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões. [...]

Tais contribuições permitiriam, um dia, o exame comparativo das várias modalidades locais e regionais, ainda que só das mais salientes, e por ele a discriminação dos fenômenos comuns a todas as regiões do país, dos pertencentes a determinadas regiões, e dos privativos de uma ou outra fração territorial. Só então se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos dialetos brasileiros, quantos e quais os subdialetos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um (AMARAL, 1920, p. 14-15)

Amadeu Amaral introduziu uma nova abordagem para o problema da identidade linguística, argumentando que o “dialeto brasileiro” pode ser conhecido de modo mais preciso através de descrições parciais. Com o acúmulo de dados sobre variedades locais, seria possível encontrar traços comuns, presentes em todas as regiões do país, e isso permitiria determinar cientificamente as diferenças entre o português europeu e o português brasileiro. A proposta de Amadeu Amaral ampliava as possibilidades de interpretação da singularidade linguística brasileira ao se distanciar da tradição

⁴ O trabalho de Amadeu Amaral foi divulgado inicialmente em 1916, com a publicação da parte inicial na *Revista do Brasil*, mas ficou mais conhecido após a edição em livro (CARMO, 2008, p. 376).

histórico-comparatista, que era predominante nos estudos sobre a língua desde o século XIX.

Nessa tradição, o português era percebido como “língua de cultura” herdada pelos brasileiros, e não como uma realidade objetiva que se manifesta nos fenômenos linguísticos do presente. A língua viva era abordada a partir dos mesmos pressupostos utilizados no estudo de línguas da antiguidade e sua investigação se baseava na análise de documentos escritos do passado, sobretudo textos literários, filosóficos e religiosos. Como a fala era considerada um objeto de estudos inferior e pouco regular, não havia interesse em investigá-la de forma sistemática (ALTMAN, 1998). Com isso, a identidade linguística era concebida de forma apriorística, com base apenas em pressupostos e sem um conhecimento empírico da realidade local.

A abordagem filológica tradicional passou a ser criticada na década de 1920 por não responder de maneira satisfatória às questões políticas e estéticas suscitadas pela onda nacionalista que se generalizou no país após a Primeira Guerra Mundial. Na sua resenha sobre *O Dialeto Caipira*, publicada em 1921, Monteiro Lobato zombava dos filólogos: “esses carunchos sob a forma humana pertencem à fauna cadavérica. Só se sentem à vontade quando a questão é de necropsia.” E destacava as inovações introduzidas por Amadeu Amaral observando que “até então a nossa filologia se limitava a bizantinar sobre as verrugas da língua mãe” (PINTO, 1981, p. 56-57), em vez de estudar a “língua filha”, aquela utilizada pelos brasileiros.

A mesma insatisfação aparece em *A Língua Nacional* (1921), de João Ribeiro, quando o autor discorre sobre as “atribulações que sofre o nosso homem de letras no uso da própria língua”, garantindo que “não há inteira sinceridade” naqueles que declaram “desdém e indiferença pelas questões de gramática”, pois “a pecha de incorreção é um percalço terrível”. Ao discutir o que chamou de “servilismo inexplicável”, João Ribeiro argumentou que “a nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses” (PINTO, 1981, p. 33) e fez uma observação que se aproxima da expectativa de renovação expressa por Monteiro Lobato.

A primeira lição elementar de todas as ciências é que objetivamente não pode haver um fenômeno bom e outro mau ou ruim.

Todos os fenômenos são essencialmente legítimos. Todos os fatos de linguagem cá e lá têm igual excelência como fenômenos (PINTO, 1981, p. 34).

João Ribeiro destaca a mesma questão levantada por Monteiro Lobato, mas o faz como um estudioso da variedade brasileira, sugerindo que a língua tem sido analisada

com base em preconceitos, e não na natureza do fenômeno investigado. Seu comentário indica que estava em curso uma mudança na própria concepção de ciência e que a filologia tradicional permanecia impermeável a essa transformação. O conflito continuou na década seguinte, quando Alceu Amoroso Lima declarou que “o tempo da filologia já havia passado” (PINTO, 1981, p. XVIII).

O interesse crescente pela investigação da realidade linguística brasileira se traduziu na proliferação de estudos sobre a fala regional, a influência africana na variedade brasileira ou sobre o status desta em relação ao português europeu. A cronologia a seguir, baseada nos levantamentos de Cardoso (1999) e Bitencourt (2017), não é exaustiva, mas indica o avanço desse processo ao longo de seis décadas.

- 1884 *A linguagem popular amazônica*, de Macedo Soares;
- 1889 *Dicionário de vocábulos brasileiros*, do Visconde de Beaurepaire-Rohan;
- 1898 *Vocabulário Sul Rio-Grandense*, de Romaguera Corrêa;
- 1901 *O tupi na geografia nacional*, de Theodoro Sampaio;
- 1905 *Glossário paraense*, de Vicente Chermont de Miranda;
- 1912 *Apostilas ao dicionário de vocábulos brasileiros*, do Padre Carlos Teschauer;
Dicionário de brasileirismos, de Rodolfo Garcia;
- 1920 *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral;
- 1922 *O linguajar carioca em 1922*, de Antenor Nascentes;
- 1926 *Vocabulário gaúcho*, de Roque Callage;
O ritmo da língua nacional, de Álvaro Maia;
- 1931 *Dicionário dos animais do Brasil*, de Rodolfo von Ihering;
- 1933 *A influência africana no português do Brasil*, de Renato Mendonça;
A linguagem dos cantadores, de Clóvis Monteiro;
O elemento afro-negro na língua portuguesa, de Jacques Raimundo;
Vocabulário do Nordeste do Rio Grande do Sul – Linguagem dos praieiros, de Dante de Laytano;
- 1934 *A língua do Nordeste*, de Mário Marroquim;
- 1936 *Os africanismos no dialeto gaúcho*, de Dante de Laytano;
- 1937 *Geringonça do Nordeste: a fala proibida do povo*, de Clementino Câmara;
O Português do Brasil, de Renato Mendonça;
O vocabulário pernambucano, de Pereira da Costa;
- 1938 *O falar mineiro*, de José Aparecido Teixeira;
- 1939 *Vocabulário amazonense*, de Alfredo da Maia.

Os títulos dessas publicações mostram uma tendência crescente a considerar a variedade brasileira a partir de si mesma, e não como informação suplementar em obras

sobre o português europeu. Essa tendência se reflete na superação de “brasileirismo” – conceito criado no século XIX para identificar o uso brasileiro da língua – enquanto categoria analítica e no estudo da realidade linguística do país a partir da fala regional ou de características decorrentes do contato com outras línguas. Os dados acima mostram que o interesse em descrever variedades regionais surge no final do século XIX e se intensifica nas décadas seguintes. O número de publicações do gênero surgidas entre 1930 e 1939 (12 títulos) supera a produção das cinco décadas anteriores (11 títulos).

Tudo isso sugere que a mudança de mentalidade ocorrida a partir do início do século XX impactou não apenas a percepção da identidade linguística brasileira, mas também a orientação teórica dos estudos da língua, com a clara “opção pelo enfoque dialetológico, em detrimento do filológico” (PINTO, 1981, p. XVIII). Nesta medida, parece mais sensato considerar a publicação de *O Dialeto Caipira* como um dos resultados desse processo, e não como a principal causa da mudança de paradigma nos estudos sobre a língua. No entanto, como observa Pinto (1981), a maioria dos autores que se engajaram na tarefa proposta pro Amadeu Amaral não tinha familiaridade com os métodos da Geografia Linguística.

Assim, a disputa entre as duas abordagens não resultaria no abandono da filologia e muito menos na institucionalização da dialetologia como uma área independente. Como explica Altman (1998), nas décadas seguintes as duas rubricas acabariam por se integrar numa mesma tradição de pesquisa.

Não foi difícil aos dialetólogos serem aceitos como pares pelos filólogos. E tampouco aqueles que produziram no programa de investigação da dialetologia rejeitaram, para si, a designação de filólogos. [...] A Dialetologia brasileira [...] foi incorporada, como tal, ao programa da Filologia e adquiriu, dessa maneira, legitimidade. (ALTMAN, 1998, p. 73)

Para entender esse fato é preciso levar em conta o perfil da intelectualidade brasileira, o grau de institucionalização alcançado pelos estudos da linguagem e a conformação interna desse campo no início do século XX.

Até o final da Primeira República, mais de 70% da população brasileira era analfabeta e, por causa disso, não tinha direito ao voto. O diploma de bacharel era como um título de nobreza, cobiçado pelo status que conferia ao seu portador, mesmo sem exercer a profissão (BOMENY, 2012). Os cursos de Direito, Medicina e Engenharia eram praticamente as únicas alternativas de formação e, como ainda não havia um

sistema universitário, as instituições de ensino superior funcionavam de maneira independente. Era comum que os profissionais formados atuassem como escritores, jornalistas ou como intelectuais autodidatas e passassem a buscar as credenciais necessárias para atuar em outros campos de atividade.

A Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1936 e extinta poucos anos depois, foram as primeiras no país a oferecer o curso de Letras. Antes disso, como não havia formação especializada na área, os estudiosos de língua eram intelectuais diplomados em outras áreas ou sem formação superior⁵ que atuavam como professores em liceus ou escolas normais e conduziam suas pesquisas quase sempre de maneira independente. Um indivíduo passava a ser reconhecido como autoridade no estudo da língua quando era aprovado em concurso para o magistério, passando a ensinar português, línguas estrangeiras modernas ou línguas clássicas.

Era comum que jornalistas, advogados, médicos, antropólogos e educadores publicassem na imprensa artigos e ensaios sobre temas relacionados à língua. Como não havia uma comunidade científica consolidada, não se dispunha de meios de controle e regulação do conhecimento produzido, como bancas e comitês científicos, e a discussão sobre a língua se dava a partir de referenciais teóricos diversos, com graus de expertise bastante variáveis. A única instituição que mantinha uma produção científica sistemática era o Colégio Pedro II, que publicava em livro as pesquisas desenvolvidas por seus professores e exigia dos candidatos à cátedra de língua portuguesa a apresentação de uma tese original (ALTMAN, 1998, p. 68).

O termo filologia podia assumir diferentes sentidos a depender da tradição de estudos que designava. Os defensores da autonomia da variedade brasileira criticavam gramáticos e filólogos pelo seu compromisso com a manutenção do português europeu, em detrimento dos usos correntes no país, enquanto referência de língua padrão. Nesta acepção, a gramática era associada ao estudo da língua com finalidade pedagógica – informado, sobretudo, pela perspectiva da gramática filosófica – a filologia, à pesquisa sobre as línguas da antiguidade.

Mas também eram referidos como filólogos autores que defendiam a autonomia da variedade brasileira com base na abordagem da dialetologia e nos princípios

⁵ Maria Cristina Altman esclarece que “os estudiosos das letras, em muitos casos, tinham formação superior de outra natureza, quando a tinham. Sousa da Silveira, por exemplo, era formado em Engenharia; Antenor Nascentes, em Direito; Mattoso Câmara, em Direito e Arquitetura” (1998, p. 68).

neogramáticos, recebidos no Brasil a partir dos estudos sobre o latim popular e sua influência na formação das línguas românicas. Como a formação superior em Letras era muito recente e a maior parte dos estudiosos de língua pertencia à geração dos autodidatas, não havia fronteiras bem estabelecidas entre essas perspectivas. As abordagens histórica e geográfica da mudança linguística influenciavam também o pensamento de gramáticos e filólogos tradicionais, que podiam adotar elementos de uma determinada abordagem sem a obrigação de segui-la em outros aspectos.

Assim, as condições em que ocorreu a institucionalização da área de Letras no ensino superior brasileiro favoreceram tanto a incorporação de perspectivas teóricas mais recentes, com destaque para o programa de investigações da dialetologia, quanto a perpetuação de aspectos da tradição filológica anterior entre as primeiras gerações de profissionais formados em Letras. Mas o ecletismo que caracterizava esse campo de estudos passou a ser encarado com desconfiança a partir de meados do século XX, com a introdução da linguística descritiva no currículo dos cursos de Letras e a adoção de novos padrões de cientificidade.

3. Pressupostos epistemológicos

A primeira informação que descobri sobre o Congresso da Língua Nacional Cantada surgiu durante um levantamento de fontes arquivísticas para outra pesquisa. Na ocasião, deduzi que não devia ser algo relevante, considerando que na graduação nunca ouvi qualquer comentário a respeito. Essa impressão era reforçada pela constatação de que o evento ocorreu mais de dez anos antes dos cursos ministrados por Mattoso Câmara na Universidade do Brasil, que marcam a introdução da linguística estrutural no país. Afinal, uma das convicções que a formação em Letras alimenta nos estudantes é a de que Saussure foi quem deu à Linguística o status de ciência.

Anos depois, essa experiência se tornou a chave de leitura que ajudaria a entender a marginalização do evento na bibliografia da área e a escassez de trabalhos a seu respeito em história da linguística. Embora os estudos desenvolvidos a partir da década de 1990 sob a orientação da historiografia da linguística ou da história das ideias linguísticas tenham motivado uma mudança na percepção dos linguistas sobre o passado de sua disciplina, ainda são raros os trabalhos⁶ da área que analisam o Congresso da

⁶ Ver a tese de Angela França, *Para uma Historiografia de Resolução de Problemas: da 'Arte de Dizer' na Pala Carioca às Descrições da Variante Oral do Português Brasileiro (1937-1960)*. Universidade de

Língua Nacional Cantada pela perspectiva da ciência em contexto, ou seja, considerando as condições de produção da pesquisa linguística desenvolvida no Brasil naquele momento.

Também é intrigante que a maior parte dos estudos recentes⁷ sobre o tema se concentre nas áreas de musicologia, história, literatura ou nos interstícios entre elas e que haja menos interesse justamente numa das áreas privilegiadas pelo evento – a Linguística. Na maioria dos casos, as referências a respeito aparecem como informação histórica no estudo de algum aspecto da variedade brasileira que já era discutido pelos congressistas. O único trabalho da área de linguística inteiramente dedicado a situar o Congresso da Língua Nacional Cantada e analisar a produção científica então apresentada é o artigo de Rodrigues (1992), publicado na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* da USP.

O artigo relaciona a iniciativa aos interesses artísticos e intelectuais de Mário de Andrade e expõe as descobertas feitas pela autora no acervo do IEB quando a maior parte dessa documentação ainda não tinha sido descrita nem sistematizada. Rodrigues (1992) conecta o evento à participação de Mário de Andrade no debate sobre a autonomia linguística da variedade brasileira e às políticas do DC. Sua principal contribuição está em descrever o projeto “Arquivo da Palavra” e a pesquisa “Pronúncias Regionais do Brasil”, realizada por Mário de Andrade, Antenor Nascentes e Manuel Bandeira e apresentada por este numa comunicação ao Congresso da Língua Nacional Cantada.

Edith Pimentel Pinto, autora do que considero um dos panoramas mais abrangentes sobre a pesquisa linguística produzida no Brasil no início do século XX, registrou de forma clara uma avaliação bastante difundida entre os linguistas de sua geração sobre o valor dos debates e da produção científica apresentados no evento. Na introdução ao segundo volume da coletânea *O Português do Brasil – textos críticos e teóricos*, ela apresenta o Congresso da Língua Nacional Cantada e avalia a relevância da iniciativa. Suas críticas enfocam três problemas principais: pouco rigor conceitual, falta de metodologia e não-exclusão de fatores extralinguísticos na abordagem dos fatos linguísticos. Para a autora, estas seriam características recorrentes nos estudos sobre a

São Paulo, 2003. Ver também as publicações da autora sobre temas correlatos (FRANÇA, 2001, 2004 e 2006).

⁷ Ver Berberian (1995), Serpa (2001), Pereira (2006), Herr (2007 e 2009), Matos (2008), Pereira e Kerr (2004), Teo (2011), Santos (2011) Porter (2016 e 2017), Parpinelli (2018), Oelze (2016).

língua desenvolvidos no Brasil durante a primeira metade do século XX e, nesta medida, não seriam próprias do evento.

Ao comentar os estudos sobre variedades regionais apresentados na sessão de linguística, Pinto (1981) afirma que os autores desses trabalhos “não se preocupavam com problemas de conceituação” e que a palavra dialeto “tanto se aplicava, de maneira geral, ao português do Brasil, quanto a uma de suas variedades regionais, como a do Nordeste; ou ainda a uma subvariedade local, como o *caipira*” (PINTO, 1981, p. XIII). Ela afirma que no período entre 1920 e 1945 os “conhecimentos de Dialectologia e de Linguística [...] refletidos em citações, nem sempre pertinentes, constituíam, com raras exceções, apenas informação” (PINTO, 1981, p. XXXIX-XL). E acrescenta que

quase todos os que se dispunham a abordar o assunto da língua do Brasil, em artigos ou ensaios, condimentavam velhos conceitos sempre repetidos e já exauridos, e ainda arrolamentos de traços característicos da variante brasileira, com divagações extralinguísticas (PINTO, 1981, p. XXXIX-XL).

Pinto (1981) reconhece que a determinação de zonas dialetais passa a ser um dos principais objetivos na agenda da pesquisa linguística, mas avalia que “a falta de metodologia para pesquisas dialetológicas, que garantisse recolha fidedigna e registro preciso dos dados, impediu que o material apresentado pelas monografias, então abundantes, fosse aproveitado”. Ela conclui que “o período 1920-45 corresponde, portanto, a tentativas armadas de boa vontade, mas não de fundamentação suficiente para enfrentar a tarefa que já se afigurava básica para a caracterização da variante brasileira” (PINTO, 1981, p. XXXII).

O interesse pelas citações acima reside na clareza com que exprimem posições bastante difundidas ainda hoje, baseadas na interpretação anacrônica do passado e na ideia iluminista de ciência como um saber não situado, produzido por um sujeito cognoscente universal. Neste sentido, embora dirigidas à produção do período anterior, as críticas da autora dizem muito sobre a ciência de seu tempo, que comparece implicitamente como critério de qualidade, fornecendo os parâmetros que possibilitam a comparação. Por isso, a produção do período de 1920 a 1945 – incluso o Congresso da Língua Nacional Cantada – é percebida tantas vezes pela ótica da insuficiência e descrita com base naquilo que supostamente lhe falta.

Pinto (1981) também reconhece que há aspectos positivos nessa produção, mas sua avaliação se baseia na descoberta de características que persistem na pesquisa

linguística de seu tempo – um raciocínio teleológico. A passagem a seguir confirma essa leitura ao sustentar que,

conquanto de cunho apriorístico, a contribuição do período 20-45, para a demarcação de áreas dialetais no Brasil foi positiva, e consistiu na tentativa de trabalhar com os dados do presente. Deste ângulo, evidentemente, não havia, como ainda não há, elementos que permitissem esboçar um retrato aproximado da distribuição dos falares brasileiros, verdade que seria reconhecida, no decênio seguinte (PINTO, 1981, p. XXI).

Embora não deixe de indicar o que considera precário, o “cunho apriorístico” dos trabalhos, a autora reconhece como méritos a abordagem da fala como objeto de análise, o interesse pela investigação empírica e a conseqüente mudança na agenda de pesquisa. Pinto (1981) assume que a ciência de seu tempo ainda não era capaz de determinar as zonas dialetais do país e tampouco as características da variedade brasileira. Isso mostra que o saber produzido no passado é valorizado com base em sua semelhança com a ciência do presente até mesmo quando o termo de comparação se encontra nas limitações comuns a ambos.

A posição expressa por Pinto (1981) deve ser entendida com base nos critérios de validação estabelecidos pela ciência de seu tempo. Difundidos na formação universitária desde meados do século XX, esses pressupostos passaram a definir a identidade profissional dos linguistas, em oposição ao perfil de gramáticos e filólogos das gerações anteriores, e a informar a sua opinião sobre os conhecimentos do passado. Essa convicção era reforçada pelo prestígio do *Curso de Linguística Geral*, que extrapolava fronteiras disciplinares, inspirando o trabalho de linguistas, historiadores, sociólogos, antropólogos, filósofos e psicólogos, e fornecia base epistemológica para um processo de modernização das ciências humanas (COLOMBAT, FOURNIER e PUECH, 2017).

Na década de 1970, quando a linguística estrutural havia se tornado a perspectiva teórica dominante, a teoria gerativa começava a conquistar espaço nas universidades brasileiras. Embora competissem entre si, essas duas abordagens se distinguem da linguística histórico-comparativa por razões semelhantes, como a exclusão do extralinguístico na análise dos fenômenos e a compreensão da língua como uma entidade abstrata. Auroux (2008) se refere à ideia de ciência difundida nessa época como “excessivamente idealista” e destaca a influência dessa concepção na pesquisa historiográfica.

[...] havia “entidades” correspondentes aos “conhecimentos linguísticos”, eles eram, por definição, abstratos e universais: havia a “ciência”, por sua vez, uma e semelhante a si mesma. A única pergunta que podia surgir para o historiador era a rigor saber se esta ciência tinha existido desde sempre (AUROUX, 2008, p. 147).

A presença desses pressupostos em diferentes orientações teóricas da linguística e a sua aceitação generalizada na comunidade acadêmica contribuíram para que a ideia de ciência referida por Auroux (2008) fosse compreendida como uma condição epistemológica absoluta. Essa percepção impedia que os linguistas considerassem científico um saber construído no passado, com base em outros padrões de cientificidade, e os levava a interpretar como erros as consequências dessa diferença epistemológica.⁸

Mas esse não é um problema específico da linguística descritiva ou dos linguistas do século XX. Na história das ciências, é comum encontrar autores que se referem à sua própria especialidade como a mais qualificada ou a única verdadeiramente científica. Esse tipo de discurso – que Auroux (2009) chama de mitologia científica, e Koerner (2014), de retórica da revolução – costuma ser utilizado por defensores de uma nova abordagem, com o objetivo de legitimá-la ou de demarcar fronteiras disciplinares para distingui-la das abordagens já existentes.

Koerner (2014) explica que no século XIX o nascimento da Linguística como ciência era associado à publicação de *Sobre o sistema de conjugação do sânscrito comparado aos das línguas grega, latina, persa e germânica*, de Franz Bopp, publicado em 1816, mas que a partir de 1850 August Schleicher passou a demarcar a fronteira entre a Linguística e a Filologia. Ele definiu a Linguística como um estudo objetivo das línguas, baseado no modelo da história natural, capaz de determinar as leis que regem sua evolução e suas relações de parentesco, e a Filologia como uma disciplina histórica e interpretativa que investiga a cultura e o pensamento de um povo, utilizando a língua apenas como um meio para acessá-los (KOERNER, 2014, p. 69).

Em 1885, quando a Linguística já era considerada uma disciplina autônoma e não precisava mais prevenir as intromissões de outras especialidades, Karl Brugmann, conhecido como pioneiro dos neogramáticos, argumentou que Filologia e Linguística não eram opostas e que deveriam ser encaradas como saberes complementares. Brugmann reconhecia que a separação foi útil no passado, porque ajudou a estabelecer

⁸ Daston (2017) mostra que noções como objetividade, imparcialidade, impessoalidade, precisão e exatidão são entendidas como condições universais pelos próprios historiadores sempre que eles não questionam as convicções da comunidade científica de seu tempo.

a identidade da disciplina, mas considerava que isso já não fazia sentido naquele momento, em que a Linguística já tinha se estabelecido como uma ciência independente da filologia clássica.

Schleicher foi o mais influente teórico da linguagem do século XIX e, apesar de criticada, a sua distinção continuou a ser utilizada, moldando a percepção de linguistas das gerações seguintes. Na década de 1920, quando a linguística estrutural se firmava na Europa como uma abordagem inovadora, a oposição passou a ser entre uma “linguística tradicional”, de orientação histórico-comparativa, e uma “linguística moderna”, de caráter sincrônico e descritivo, baseada na obra de Saussure (KOERNER, 2014, p. 71). Essa oposição entre linguística estrutural e histórico-comparativa foi retomada em outros momentos, seguindo o processo de institucionalização da linguística descritiva fora do contexto europeu.

Na década de 1970, quando o estruturalismo já tinha se estabelecido no Brasil, se intensificaram as disputas por hegemonia teórica no âmbito da linguística, suscitadas agora pelos adeptos da teoria gerativa. Essa abordagem foi desenvolvida por Chomsky e seus colaboradores, que a consideravam uma ruptura epistemológica mais decisiva do que aquela reivindicada pelos estruturalistas, como o início da Linguística científica...⁹ Neste contexto, é bastante provável que tenha se intensificado o estigma lançado sobre a pesquisa linguística realizada no Brasil no início do século XX.

Koerner (2014) esclarece ainda que em 1981 – o mesmo ano em que foi publicado o texto de Edith Pimentel Pinto – a 5ª Conferência Internacional de Linguística Histórica colocou em pauta a relação entre Filologia e Linguística Histórica. Àquela altura,

A batalha, pensava eu, tinha sido ganha pela ‘linguística’ por ser a disciplina verdadeiramente científica das duas, pelo que só mentes mais fracas é que podiam pensar em enveredar pelo outro campo chamado ‘filologia’ (KOERNER, 2014, p. 65).

Essa experiência o fez reconsiderar os argumentos tradicionalmente utilizados no debate sobre as duas disciplinas e o levou a historicizar os pressupostos que sustentavam a opinião corrente sobre o tema – que, como ele reconhece, era também a sua.

⁹ Para uma versão mais recente desse argumento, ver Dillinger e Palácio (1997).

Considerações finais

O Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada foi, ao que parece, a primeira iniciativa de envergadura desse gênero no país. Embora tenha dado destaque aos estudos linguísticos desenvolvidos do Brasil, o evento acabou esquecido na bibliografia da área de Linguística devido às disputas pela hegemonia científica da área ocorridas nas décadas seguintes. A introdução da linguística estrutural e, pouco depois, da linguística gerativa nas universidades brasileiras favoreceu a difusão de novos mitos fundadores, que punham em questão a cientificidade da pesquisa linguística realizada anteriormente.

Essas controvérsias não impactaram apenas a interpretação da ciência produzida no período em que ocorreram. A ausência de uma perspectiva histórica na formação linguística dos profissionais de Letras contribuiu para que os critérios de cientificidade difundidos nessas disputas fossem aplicados da mesma maneira à pesquisa linguística em curso e àquela desenvolvida no passado, influenciando a percepção dos linguistas sobre a história da disciplina. Com isso, a produção científica exposta no evento e a pronúncia padrão estabelecida foram subestimadas, e a importância dessa iniciativa para a história da linguística do Brasil foi desconsiderada.

As fontes sobre o Congresso da Língua Nacional Cantada apresentam um retrato bastante complexo sobre a pesquisa linguística desenvolvida no Brasil durante os anos 1930 e permitem observar a dinâmica interna da área no momento em que surgiram os primeiros cursos superiores de Letras. Esse período foi marcado pelo clima de forte nacionalismo e pelo interesse em investigar a realidade linguística do país, o que se evidenciou tanto pela multiplicação de estudos sobre os regionalismos e a língua falada quanto pela conexão dessa agenda de pesquisas com o problema da identidade nacional.

O abandono da noção de “brasileirismos” e a emergência da “fala brasileira” como objeto de análise naquele contexto demonstram o quanto a pesquisa linguística é também uma prática social, que não está imune ao seu contexto de produção, e que a ciência assim entendida é uma construção historicamente situada. Também são exemplos disso – embora fracassados – a demanda por uma renovação epistemológica imediata no estudo da língua, representada pela aposta na fonética experimental, e a ambição de instituir uma nova variedade linguística, de feição nacional.

O Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada se destaca também por ter projetado as linhas gerais de uma política linguística de âmbito nacional. Seu estudo é

fundamental para situar as intervenções governamentais sobre a língua na Era Vargas e para compreender historicamente o debate sobre a autonomia linguística do Brasil frente a Portugal – questão que envolve tanto as polêmicas sobre o nome da língua quanto o problema da polarização sociolinguística da população brasileira (LUCCHESI, 2006).

Se o interesse dos linguistas pela história de sua área se limitar às ideias que continuam em voga na ciência contemporânea, desconsiderando aquelas cujo impacto foi encoberto pelas mudanças de perspectiva, a escrita da história da Linguística será incapaz de ultrapassar o limite imposto pelos padrões de cientificidade estabelecidos a cada momento e se tonará um exercício de autolegitimação, mais do que a interpretação metodologicamente orientada do passado da disciplina.

Referências

- ALTMAN, C. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- AMARAL, A. *O Dialeto Caipira*. São Paulo: O Livro, 1920. Disponível em: <https://literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=108267>. Acesso em: 18 mai. 2020.
- ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DA LÍNGUA NACIONAL CANTADA. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- ANDRADE, M. *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1962.
- AUROUX, S. *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: RG, 2008.
- _____. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 2009.
- BERBERIAN, A. P. *Fonoaudiologia e educação: um encontro histórico*. São Paulo: Plexus, 1995.
- BITENCOURT, D. R. O. Uma análise dos sentidos de língua e falantes em dicionários regionais. *Revista do Sell*, v. 6, n. 3, p.1-22, dez. 2017. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/view/2491>. Acesso em: 15 mai. 2019.
- BOMENY, H. *Um poeta na política: Mário de Andrade, paixão e compromisso*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

- CARDOSO, S. A dialectologia no Brasil: perspectivas. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 15, número especial, p. 233–255, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300010&lng=pt&tlng=pt . Acesso em: 24 fev. 2020.
- CARMO, L. A voz do caipira em Amadeu Amaral. In: CARMO, Laura do; LIMA, Ivana Stolze (Org.). *História social da língua nacional, vol. 1*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/view/2491> . Acesso em: 15 mai. 2019.
- COLOMBAT, B.; FOURNIER, J.-M.; PUECH, C. *Uma História das Ideias Linguísticas*. São Paulo: Contexto, 2017.
- DASTON, L. *Historicidade e objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017.
- DILLINGER, M.; PALÁCIO, A. Linguística gerativa: Desenvolvimento e Perspectivas uma Entrevista com Noam Chomsky. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 13, número especial, p.199–235, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501997000300007&lng=pt&tlng=pt . Acesso em: 24 fev. 2020.
- FLECK, L. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico: introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- FRANÇA, A. A diversidade fonético-fonológica e as normas da pronúncia padrão em 1937. In: IMAGUIRE, L. (Org.). *As línguas do Brasil: tipos, variedades regionais e modalidades discursivas*. FFLCH/USP, 2001, p.73–84.
- _____. Dois momentos no problema da pronúncia padrão brasileira (1937-1956). *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EdUFBA, 2006, v. 7, tomo II. p. 689–711. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21589/1/Para%20a%20historia%20-%20Tomo%20II_RI.pdf . Acesso em: 18 jun. 2020.
- _____. Problemas na variante tensa da fala carioca. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 20, especial, p.33–58, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502004000300005&lng=pt&tlng=pt . Acesso em: 16 jun. 2020.
- HERR, M. Mudanças nas Normas para a boa pronúncia da língua portuguesa no canto e no teatro no Brasil: 1938, 1956 e 2005. *Per Musi*, v.15, p. 35–40, 2007. Disponível em: http://musica.ufmg.br/permusi/permusi/port/numeros/15/num15_cap_03.pdf . Acesso em: 11 mai. 2018.

_____. O processo de mudanças nas normas para a boa pronúncia da língua portuguesa no canto e no teatro no Brasil entre 1938, 1958 e 2007. In: A PRONÚNCIA DO PORTUGUÊS EUROPEU CANTADO, 2009, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Caravelas/CESEM, 2009. p.35–40. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14006479-Actas-do-simposio-a-pronuncia-do-portugues-europeu-cantado.html> . Acesso em: 18 jun. 2018.

KOERNER, K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014. Disponível em: https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf . Acesso em: 22 ago. 2018.

LUCCHESI, Dante. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. *Revista da Associação Brasileira de Linguística*, v. 5, n. 1/2, 2006. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/52637> . Acesso em: 11 ago. 2020.

LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013.

_____; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: CCBB/Fiocruz, 1996, p.23-40.

MATOS, C. N. Poesia e música: laços de parentesco e parceria. In: MATOS, C.; TRAVASSOS, E.; MEDEIROS, F. T. (Orgs.). *Palavra cantada: ensaios sobre poesia, música e voz*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p. 83–98.

MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, L. *Para uma ciência da brasilidade: a institucionalização da pesquisa folclórica e etnográfica no Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao-luciano-monteiro.pdf> . Acesso em: 01 jun. 2015.

MOTTA, M. S. *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6770/113.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 26 jul. 2013.

OELZE, M. J. *The Symphony of State: São Paulo's Department of Culture, 1922-1938*. Florida: Florida International University, 2016. Disponível em: <http://digitalcommons.fiu.edu/etd/2549> . Acesso em: 10 out. 2020.

OLIVEIRA, L. L. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora FGV, 2015.

- ORLANDI, E. P. Ir ao congresso: fazer a história das ideias linguísticas? In: ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. (Orgs.). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas, SP, Brazil: Pontes, 2002. p. 41–62.
- PARPINELLI, D. B. L. *Conception d'un outil pour favoriser la diction lyrique du portugais brésilien des chanteurs non brésiliens*. Université du Québec, Québec, 2018. Disponível em: <https://archipel.uqam.ca/11302/1/D3378.pdf> . Acesso em: 20 jun. 2019.
- PEREIRA, M. E. *Lundu do escritor difícil: canto nacional e fala brasileira na obra de Mário de Andrade*. 1a ed ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2006.
- PEREIRA, E. E.; KERR, D. M. Virtuosa virtuose: A Interpretação da Canção Brasileira na Visão de Mário de Andrade. *Latin American Music Review*, v. 25, n. 2, p. 216–231, 2004. Disponível em: http://muse.jhu.edu/content/crossref/journals/latin_american_music_review/v025/25.2pereira.html . Acesso em: 20 jun. 2019.
- PINTO, E. P. (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos vol. 2: 1920-1945. Fontes para a teoria e a história*. São Paulo / Rio de Janeiro: EdUSP / Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- PONTES, H. Entrevista com Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, p.5–30, out. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 21 set. 2013.
- PORTER, M. Beyond Villa-Lobos: An Introduction to Brazilian Art Song. *Journal of Singing*, v. 72, n. 5, p. 635–643, 2016.
- _____. *Singing in Brazilian Portuguese: a guide to lyric diction and vocal repertoire*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2017.
- SANTOS, N. S. *Nacionalismo e talento individual em Mário de Andrade*. 2011. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: <https://document.onl/download/link/nacionalismo-e-talento-individual-em-mario-de-andrade-compreensao-das> . Acesso em: 18 jun. 2020.
- SERPA, E. Congresso da Língua Nacional Cantada de 1937: a insensatez maravilhosa da militarização das vogais. *Nacionalismo Raça e Língua. Diálogos Latinoamericanos*, v. 3, p. 71–86, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5248748/mod_resource/content/1/3linguanacional.pdf . Acesso em: 10 mar. 2017.

TEO, M. *O tocadador pelo pincel: o sonoro, o visual e a sensorialidade do. Modernismo à Era Vargas*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19092012-093322/publico/2011_MarceloTeo.pdf. Acesso em: 18 jun. 2020.

TRAVASSOS, E. *Os mandarins milagrosos: arte e etnografia em Mário de Andrade e Béla Bartók*. Rio de Janeiro: Funarte / Jorge Zahar, 1997.